

Mensagem aos Paroquianos de São Nicolau e Santa Maria Madalena

Lisboa 22 de Março de 2023

Na passada Segunda-feira, dia 20 de Março, fui chamado ao Patriarcado de Lisboa.

Nessa ocasião foi-me dito que o meu nome constará da lista de pessoas, vulgo abusadores, que a Comissão Independente entregou na Diocese de Lisboa.

Trata-se de uma denúncia anónima.

Nessa denúncia alguém refere ter sido vítima de abusos por mim perpetrados, os quais teriam ocorrido na década de 90, quando frequentava o 8º ano, num colégio da periferia de Lisboa.

A notícia assim transmitida chocou-me profundamente.

Quero dizer-vos que essas imputações são totalmente falsas.

Ao longo da minha vida sacerdotal não pratiquei o que quer que fosse de censurável, seja pelo prisma da lei canónica, pelo prisma da lei civil ou da ética comportamental.

A denúncia anónima, sendo anónima, não dá a conhecer a identidade de quem a haja feito; não refere o nome da inventada vítima (quem denunciou anonimamente poderia indicar um qualquer nome); não se indica o local onde os falsos abusos teriam sido perpetrados; não fornece qualquer pista para levar a cabo uma investigação, referindo, por exemplo, o nome de potenciais testemunhas que tivessem algum conhecimento sobre o tema.

Nada. Uma denúncia anónima, falsa, caluniosa, sem qualquer elemento útil ou prestável para investigação.

Porém, apesar de assim ser, esta calúnia deixa-me numa situação delicada. Vejo a minha honra e a minha reputação serem afectadas por um golpe cobarde, cuja existência não consigo entender nem explicar.

Procurarei fazer tudo o que estiver ao meu alcance para desmascarar quem me difamou, restaurando a minha honra, agora visada, livrando-a de qualquer mácula ou suspeita.

Analisarei quais as vias possíveis para reclamar judicialmente a reparação que me é devida, sabendo, todavia, que o carácter anónimo da denúncia poderá comprometer este meu propósito.

Quero que fiquem seguros de que nada fiz de errado, de desrespeitador, ou de criminoso.

Ciente da minha absoluta inocência, coloquei-me, ainda assim, à disposição do Patriarca de Lisboa, para que tomasse as medidas cautelares que entendesse adequadas, no âmbito da investigação prévia que agora se iniciará e dos procedimentos que se lhe sigam.

Eu próprio reclamo que essas diligências tenham lugar e que se iniciem com a máxima brevidade.

Nessa sequência fui abrangido no grupo de sacerdotes que, por causa disso, deixa o exercício público do ministério enquanto decorrerem as diligências processuais. Aceito-o com uma sensação dolorosa de enorme injustiça.

Interrogo-me como pode ser possível que, com base numa denúncia anónima e falsa, formulada por engano, mão criminosa ou mente perversa, tenha sido ferido desta forma.

Sou padre há 41 anos. Mesmo em situação de enorme sofrimento, só pelo facto de o ser e de o poder continuar a dizer, sou feliz. Percorrerei, agora, este caminho de pedras com profunda confiança em Deus, em amor à Igreja e em obediência ao meu Patriarca, enfrentando esta abjecta e monstruosa difamação. Sacrifico-me na esperança de poder estar a contribuir para o bem maior da Igreja.

Quem não deve não teme. E eu não temo. Tudo farei para que a verdade seja reposta, para que nenhuma dúvida sobreviva e tudo entregarei, na oração, no coração de Deus.

Peço sobre vós a Sua bênção e confio todas as vítimas à vossa oração.

Pe. Mário Rui Leal Pedras